



O DISCURSO FORMADOR NA CONSTRUÇÃO DE IMÁGINÁRIOS DA CIDADE DE TERRA NOVA DO NORTE – MT E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO MIGRATÓRIO DO SUL DO BRASIL EM DIREÇÃO À AMAZÔNIA LEGAL

Cristinne Leus Tomé*

Margarida Korpalski**

RESUMO

Neste estudo faz-se um recorte sobre o discurso que mobilizou migrantes da região Sul para o Centro-Oeste brasileiro, mais especificamente ao Norte mato-grossense. Esta pesquisa busca compreender a colonização da cidade de Terra Nova do Norte que como outras no Norte de Mato Grosso, aconteceram a partir de políticas de colonização particulares e públicas. Considera-se que as migrações rurais em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia Legal são fatos recentes que merecem o olhar de pesquisadores preocupados em compreender como ocorreu esse processo na região. O foco principal está em contribuir, com a construção sócio-histórica e ideológica dos gestos de significação do discurso, que circula entre os sujeitos e suas práticas sociais, que os tornam legítimos nos contextos da enunciação, bem como, a análise do processo histórico de ocupação na região. A partir de revisão bibliográfica com Norberto Schwantes, José Vicente Tavares dos Santos e José Renato Schaefer, que abordam o tema sobre a migração da Amazônia mato-grossense, busca-se analisar a formação imaginária dos colonos sulistas para compreender como o imaginário afeta as ações e os dizeres dos sujeitos no processo de elaboração discursiva. A abordagem se dará a partir dos sentidos que se mostram nos discursos e o seu funcionamento, através dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa (AD), defendidos por Michel Pêcheux e Eni Pucinelli Orlandi.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Formação Imaginária. Amazônia Legal. Terra Nova. Migrantes.

* Professora formada na UFRGS em História, com Mestrado e Doutorado em Educação pelo PPGEdu-UFRGS. Concursada em Metodologia Científica na UNEMAT - *campus* Universitário de Sinop.

** Professora formada na UNEMAT, *campus* Universitário de Sinop em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas.

1 INTRODUÇÃO

O estudo pela compreensão sobre os processos de colonização no Brasil já foi pauta de muitos estudiosos, entre eles Octávio Ianni (1979), Edison Antonio de Souza (2004) e Fiorelo Picoli (2004a; 2004b; 2006; 2011), que abordam o processo migratório fomentado pela estratégia da expansão capitalista político-econômica da colonização nas décadas de 60 e 70 do século passado.

Desta maneira, colonização e migração estão indissolivelmente ligadas, como nos aponta Santos (1993, p. 13) “[...] a colonização é uma forma de produção do social num certo meio natural: é um verdadeiro processo social em si, que deve ser analisado sociologicamente como tal.” Independente dos problemas estruturais da sociedade ou das condições sociais de existência, existem outros motivos subjetivos refletindo a interiorização em que estão inseridos os fatores que levam a expulsão demográfica e os de atração das populações.

Para Schaefer (1985), a modernização do Centro-Sul, foi a principal responsável pelo fluxo migratório em direção à região Amazônica na década de 70. Encarando a migração como um problema para o Brasil, o autor (Ibid, p. 28) esclarece que não se trata de limitar ou controlar o direito de migrar das pessoas, e sim de responder à questionamentos inevitáveis como, por exemplo, “[...] por que deve migrar quem não deseja fazê-lo? Por que se criam e se mantêm os mecanismos que geram a necessidade de migrar? Porque alguns têm fácil acesso a terra e outros não?” Poderíamos portanto, apontar o desenvolvimento da região Centro-Oeste juntamente com interesses econômicos como fatores determinantes, devido ao fato de os processos migratórios estarem ligados diretamente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo e pela iniciativa privada do país nos anos 70.

Naquela época foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹ para realizar a reforma agrária no Brasil, como relata Picoli (2004a, p.58) “[...] o órgão orienta a colonização oficial tendo como função principal organizar e aprovar projetos de colonização.” De acordo com o autor, foi a partir de 1971 que a iniciativa privada começou “[...] a implantação de projetos de colonização em áreas devolutas da união Amazônica.” Assim, as terras da Amazônia brasileira tornaram-se objeto de especulação imobiliária.

¹ “INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Órgão do Governo Federal, que teve sua criação através do Decreto Lei n. 1.110, de nove de julho de 1970. Tinha como finalidade o levantamento cadastral das propriedades e a demarcação das terras, bem como a implantação de políticas de colonização no território brasileiro. Tendo sido extinto em 1987, e substituído pelo Mirad, Ministério da reforma e do desenvolvimento Agrário. No Mato Grosso, o órgão limitou-se à tarefa de regularizar títulos de posse e aprovar projetos de colonização da iniciativa privada, pois os governos militares davam toda atenção ao projeto particular de colonização.” (PICOLI, 2004, p. 43).

Picoli (2004a, p.59) aborda a migração para a região amazônica como uma consequência da “[...] necessidade de novas opções para as classes oprimidas e marginalizadas do País.” O autor refere-se ao projeto de colonização promovido pelos militares na década de 60 e aponta as semelhanças com os projetos que ocorreram em Terra Nova do Norte (1978) e Canarana (1972) no estado de Mato Grosso “[...] neste projeto em pouco tempo o sonho da terra virava pesadelo. A falta de conhecimento do solo e do clima transformava em dilema a vida dos assentados.” Nesse caso, a colonização serviu apenas para tirar excedentes populacionais de áreas como a região Sul do País.

De acordo com Picoli (2004a), a elite capitalista dessa época pressionava o governo para que não realizasse assentamentos, pois tentava fazer crer que a distribuição de terras devia ocorrer através da iniciativa privada. Desta maneira, não demorou muito para que surgissem empresas colonizadoras particulares que com o apoio do estado, tinham o interesse de vender terras para colonos despossuídos e marginalizados.

No processo de convencer os colonos a migrarem para outras regiões, tanto o estado quanto às empresas colonizadoras privadas, fizeram manifestações favoráveis a migração, entre elas, realizavam reuniões e assembleias, expondo aos colonos a possibilidade de adquirirem sua própria terra, tornaram pública através do rádio e da televisão a existência de terras em abundância na Amazônia. De acordo com Santos (1993, p.72), contavam inclusive com o apoio de alguns órgãos evangelizadores na região Sul:

a Igreja Luterana (IECLB) participou na difusão da mensagem da colonização naquela época: audiovisuais feitos com a participação de pastores aventavam as novas áreas de colonização [...] foi também publicado um semanário, o JORNAL DA TERRA, que saiu 74 vezes, entre 1971 e 1972; nesse jornal, espalhado por diversos municípios da região, podia-se ler toda a construção de um discurso sobre a colonização.

Santos (op.cit., p. 81), descreve como a propaganda sobre lotes de terra no Mato Grosso era divulgada através de reuniões:

As reuniões com os colonos eram feitas nos salões da comunidade dos lugarejos da região – nas linhas – ou mesmo na casa de colonos. Eram expostas as vantagens das áreas de colonização exibindo áudio visuais diapositivos e músicas apropriados para reforçar os aspectos positivos das novas terras.

A partida dos colonos do Sul do Brasil para as novas regiões, conforme Santos (op.cit., p. 79-80), “[...] foi um fenômeno coletivo [...] havia uma falta de terras [...] era o momento propício para propagar a ‘influência’, isto é, a difusão dos comentários, das opiniões, das motivações coletivas, até mesmo dos projetos de vida.” Como aborda o autor, essa influência

pode ser compreendida como uma mensagem sobre a colonização “[...] para fazer nascer uma opinião coletiva capaz de gerar uma prática.”

No processo migratório entre o Sul e o Centro-Oeste, a primeira importante parada destes colonos no Mato Grosso era a cidade de Cuiabá. Conforme Schaefer (1985, p. 56), “[...] Cuiabá é considerada o portal da Amazônia, é o ponto geodésico da América do Sul, pois é ponto de passagem para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará para os migrantes que chegam do Sul e Centro-Sul do país.” As rodovias abertas e inauguradas nas décadas de 70 e 80, sobretudo a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, serviram como elementos direcionadores do fluxo migratório constituindo “[...] pré-requisito para a ocupação de uma imensa área do país, onde se busca uma produção futura de bens e serviços.” (Ibid, p. 55).

Segundo Picoli (2004a, p.75), “[...] na região Norte mato-grossense palavras como progresso, prosperidade, trabalho, união eram, repetidas seguidamente marcando fundo na mente da população.” Para o autor, o estado e o capital usavam a fantasia como elemento do imaginário das pessoas para que houvesse um assujeitamento por parte dos colonos ao que impunha o governo e a elite da época.

Já as famílias migravam em busca do ‘mel’, palavra metaforicamente usada por Picoli (2004b, p. 28) para representar o sonho das pessoas que se deslocaram para a Amazônia em busca de riqueza e de uma vida nova. Estas “[...] carregam o sonho de uma vida melhor e buscam a dignidade para si e seus familiares na utilização da terra. Neste propósito são crentes de poder conquistar, através de suas próprias forças o ‘mel’ prometido.”

Tudo o que essas pessoas sabiam a respeito do lugar para onde estavam indo lhes tinha sido dito por pessoas ligadas ao governo e pelas empresas colonizadoras, conforme aborda Santos (1993, p. 81), ao descrever o relato de um colono, “[...] a influência era enorme, pela propaganda: o governo nos daria as condições de partida. Teríamos vacas leiteiras, pastagens, estábulos, casas, tudo estaria lá. Prometeram tudo isso.” Com isso o sonho pela busca do mel se tornou materialidade nos discursos de todos, de maneira que foi fácil convencer os colonos do Sul do Brasil a migrarem para o Norte mato-grossense.

2 A COLONIZAÇÃO DE TERRA NOVA

Por volta de 1973, um ex-motorista de caminhões chamado Raimundo Costa Filho, morador da cidade de Londrina, no Paraná, que se encontrava desempregado e em situação financeira dificultosa teve uma idéia audaciosa, com algum dinheiro emprestado constituiu uma firma de colonização chamada Colonização, Industrialização e Desenvolvimento Rural

(COLIDER), com o propósito de grilar as terras mato-grossenses e posteriormente vendê-las, pois o mesmo tinha conhecimento das terras devolutas em Mato Grosso. Segundo Schaefer (1985, p. 68) “[...] contando sempre com o apoio de políticos influentes, a firma grilou e vendeu terras aos migrantes que optaram inocentemente pela região”.

A COLIDER S.A. fornecia um contrato aos migrantes, garantindo a obtenção da escritura no ato do último pagamento do lote. Porém, a escritura ficava apenas na promessa, o que gerava incerteza entre os colonos, que viam neste ato a possibilidade de perder suas terras já pagas.

Segundo Schaefer (1985) a firma não oferecia condições de infra-estrutura básica geral, dificultando a sobrevivência para os habitantes locais. Os atos ilegais da Colonizadora tomaram tal vulto que em “[...] em setembro de 1980 Raimundo teve que fugir as pressas provavelmente para o Paraguai, após matar um fazendeiro da região que era seu desafeto por disputas de terras.” (Ibid, p. 69).

Em 18 de Dezembro de 1979, através da Lei Estadual nº. 4.158, foi criado o Município de Colider e seus três distritos: Itaúba, Canãa e Terra Nova. Este último, local de nosso estudo, veio a servir como refúgio para colonos do Rio Grande do Sul que se encontravam assentados em terras indígenas naquele estado.

De acordo Santos (1993), em 1978, a pedido do Governo Federal, a Cooperativa Agropecuária Canarana (COOPERCANA) organizou o Programa Terranova, que tinha como proposta assentar aos colonos da região Sul que haviam sido expulsos das reservas indígenas Kaingang distribuídas entre as cidades de Nonoaí (município de mesmo nome), Cacique Double (município de São José do Ouro), Guarita (Tenente Portela), no Estado do Rio Grande do Sul, e de Chapecó no Estado de Santa Catarina. Santos (op.cit., p.116) relata que: “Esses camponeses possuíam contratos de arrendamento com o Serviço de Proteção aos Índios – SPI – a partir dos anos 60, depois com a FUNAI², segundo os quais deviam entregar 20% da produção comercial a esta instituição.”

Com suas terras arrendadas para esses colonos as famílias indígenas, proprietárias das terras, acabavam trabalhando como diaristas para os colonos arrendatários, principalmente na época da colheita da safra. A partir dessa condição os chefes da tribo Kaingang decidiram requerer somente para as famílias indígenas a posse das reservas. De acordo com Santos (1993, p. 117) os índios “[...] começaram a reivindicar junto a FUNAI a transferência de

² - Fundação Nacional do Índio - FUNAI. É o órgão do Governo Federal brasileiro que estabelece e executa a política indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição brasileira de 1988. Criada em 05 de dezembro de 1967 pela lei nº 5.371, durante o governo do presidente Costa e Silva, em substituição do ‘Serviço de Proteção ao Índio’ (SPI).

colonos brancos, apoiando-se no Estatuto do Índio, de 1973, que ordenava a expulsão dos brancos de todas as reservas indígenas.”

Ainda conforme Santos (1993), em fins de maio de 1978 o Ministério do Interior convocou a COOPERCANA para elaborar um programa de colonização da Amazônia, programa esse, que foi a alternativa escolhida pela maioria das 800 famílias que estavam alojadas no Parque de Exposições Agropecuárias de Esteio, Região Metropolitana de Porto Alegre, desde a expulsão das reservas indígenas onde outrora habitaram.

Já entre os meios de propaganda oficial, a propagação da notícia sobre as terras promissoras e em abundância foram expandidas. De acordo com Santos (1993, p.124-125) “[...] o meio de difusão mais empregado foi o rádio, depois a televisão em menor escala.” Isso porque o interesse estava em utilizar as emissoras de telecomunicações locais a fim de convocar os colonos para as reuniões, onde eram feitas as promessas de suporte e infraestrutura na nova localidade criando um clima de opiniões favoráveis entre os colonos à adesão ao programa de colonização.

O Programa Terranova estava sob o comando e “[...] responsabilidade da COOPERCANA, de acordo com um regime fundiário particular. No começo o INCRA procedeu à identificação de terras devolutas e fez a concessão à cooperativa que conseguiu um financiamento fundiário no Banco do Brasil.” (SANTOS, 1993, p. 120). Tendo como garantia hipotecária essa mesma terra, os investimentos para a construção da infra-estrutura do programa também vieram do referido banco. Posteriormente a cooperativa vendia os lotes para os colonos para que os mesmos pagassem de forma parcelada. Desta maneira, conforme Santos (op.cit., p. 120) “O colono recebia um crédito fundiário do Banco do Brasil para pagar sua parcela. A garantia hipotecária era o terreno e as condições de reembolso as seguintes: um prazo de 15 anos, com carência de 05 anos, a juros de 6% ao ano”.

Cada colono, ao chegar à terra prometida teve um tipo de reação. De acordo com Lovato (2010, p. 03) “[...] muitos choravam, alguns riam surpresos e outros queriam voltar no mesmo ônibus”. A autora relata que algumas mulheres diziam: “Isso aqui é o fim do mundo!”

A frase dita pela colona ao chegar a Terra Nova sintetiza o espanto que as famílias demonstravam ao pisarem em seu novo lar. Como aborda Picoli (2004b, p. 25) “O sonho de adoçar a boca com o precioso liquido, mais uma vez foi adiado.” Os sentidos ali postos eram de uma vida em condições piores do que as enfrentadas por esses colonos no Sul do Brasil.

Na fotografia a seguir podemos visualizar a sede da cooperativa no município de Colider.

Fotografia 01 - Sede da cooperativa COOPERCANA no Projeto Terranova em 1979.



Fonte: LOVATO, Deonice M. 2010.

Este estudo busca identificar os efeitos de sentido, os sentidos postos no enunciado emitido por essas mulheres, a partir das condições de produção do discurso, quando o sujeito do discurso se inscreve na história partindo da posição sujeito-migrante recém chegado, trazendo consigo a formação imaginária, criada através da propaganda de uma terra em abundância, onde teriam mais qualidade de vida juntamente com a sua família.

O enunciado ‘fim do mundo’ nos leva a algumas conclusões, pois poderia estar ligado ao fato de que as terras amazônicas estavam distantes dos grandes centros urbanos e ainda, que essas mulheres poderiam estar se referindo a falta de estrutura habitacional, juntamente com outras deficiências de infra-estrutura básica, como, energia elétrica, água tratada, hospitais e rede de tratamento sanitário.

Ainda conforme Lovato (2010), os funcionários da COOPERCANA, no sentido de amenizar o provável impacto dos migrantes na nova terra prepararam um ato solene para a chegada dos mesmos, como nos relata Schwantes (1989, p.179):

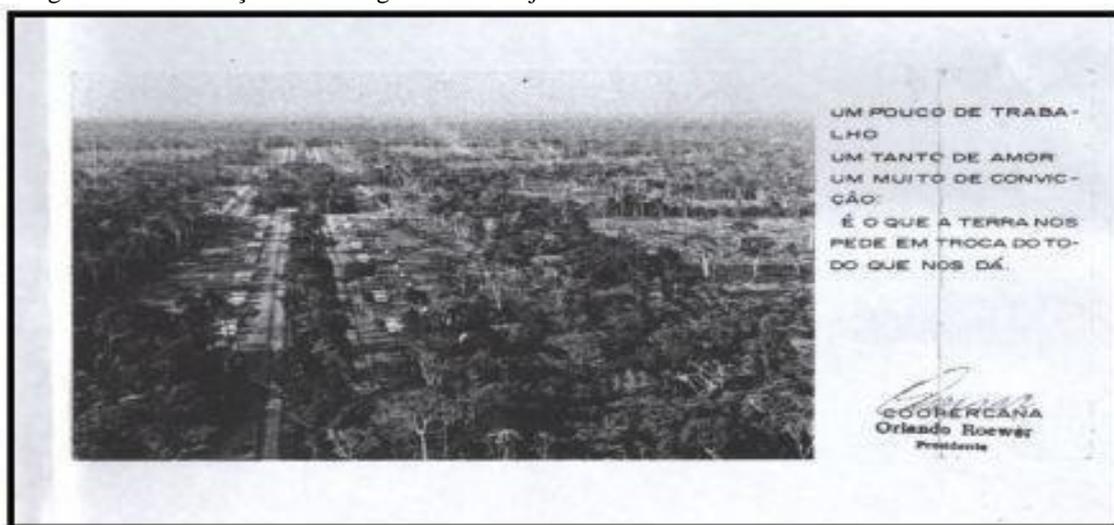
Na frente da agrovila, três mastros com as bandeiras do Brasil, do Estado de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul esperavam festivamente os pioneiros. No fim de tarde de 5 de julho, eles foram recebidos com o Hino Nacional que ecoava pelo auto-falante. Fiz um brevíssimo discurso de boas-vindas. Imediatamente, ali mesmo, na frente da agrovila sorteamos os lotes e todos foram a pé procurar sua casa. Depois passaram os ônibus descarregando as malas. Dentro da casa coberta de lona estava tudo que fora prometido. Faltava apenas a moto-serra que chegaria dali alguns dias. Todos tinham recebido mantimentos para 30 dias.

Norberto Schwantes, pastor luterano, já vinha realizando o trabalho de trazer colonos da região Sul para a Amazônia desde 1971, seu intuito era arrumar terras para estes migrantes ajudando-os no momento de sua chegada. Segundo Lovato (2010, p. 02), o ministro do interior Maurício Rangel Reis, no mês de maio de 1978 “[...] convidou Norberto Schwantes,

na condição de presidente da COOPERCANA, para realizar o projeto de assentamento dos colonos no norte de Mato Grosso.” O Programa de Colonização Terranova, até junho de 1979 havia assentado cerca de 637 famílias e criado seis agrovilas.

Segundo Santos (1993, p.124), as reuniões entre os colonos, a COOPERCANA e o governo eram realizadas no Parque de Exposições de Esteio onde os mesmos estavam alojados “[...] para tentar persuadir os colonos a aceitar a transferência, por meio de reuniões, de audiovisuais e de intervenções de responsáveis públicos e da cooperativa de colonização.” Santos (1993) nos relata ainda que a saída e o contato dos colonos com a sociedade civil, incluindo a imprensa, eram extremamente controlados pelo poder público na época. Após a migração, o cenário que recebia os colonos, apresentado pela fotografia a seguir, não correspondia ao que lhes tinha sido desenhado antes de sua partida, a terra do ‘mel’ era uma terra inóspita e de difícil acesso.

Fotografia 02 - Formação de uma agrovila no Projeto Terranova em 1978.



Fonte: LOVATO, Deonice M. (2010, p.04).

2.1 A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA DOS COLONOS GAÚCHOS

A reação dos migrantes ao chegar às novas terras faz surgir o equívoco, ou seja, a formação imaginária em relação à imagem presenciada agora, já não fazia sentido, pois, a ideologia criada pelos motivos subjetivos e interiorizados de migrar e as condições sociais de existência não correspondiam às promessas de possibilidades sobre um futuro promissor na região Norte mato-grossense.

Para Orlandi (2007) o sujeito atribui imagens do destinatário, do referente e de si. Essas imagens condicionam o processo de elaboração discursiva, as quais remetem a

mecanismos de funcionamento da linguagem: relações de sentido, relações de força e antecipação condicionadas pelas formações imaginárias.

O conceito de formação imaginária pressupõe outras três categorias (antecipação, relações de força e relações de sentidos), através das quais este conceito é capaz de se manifestar no processo discursivo. De acordo com Orlandi (2007, p. 39) a antecipação, aponta para a “[...] capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar de seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.” As relações de força no discurso são determinadas pelos lugares sociais ocupados pelos sujeitos enunciadores “[...] Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.” Já as relações de sentido estabelecem interdiscursividades com outros textos, uma vez que os discursos estão em contato constante uns com os outros. “[...] Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros.” Conforme Silva (2009, p.32) para Orlandi, “[...] o que funciona no discurso não são os sujeitos e os objetos em si, mas as posições discursivas produzidas pelas formações imaginárias.”

De acordo com Silva (op. cit., p. 32, grifo do autor) “[...] sob o ponto de vista discursivo, a produção dos sentidos ‘ligados’ às palavras é um **efeito ideológico**. E a língua é o lugar material em que se pode observar o funcionamento discursivo, a constituição dos sentidos que se dá na relação da linguagem com a ideologia.” Orlandi (2001, p.34) considera “[...] a língua em sua própria ordem, como sistema significante sujeito a falha, inscrevendo-se na história para significar, na produção necessária do equívoco.” Portanto, o trabalho da interpretação do sujeito e suas ações, neste caso, devem aliar interpretação e ideologia levando em conta as relações de força que simbolizam.

As famílias chegavam a Terra Nova desprovidas de recursos financeiros, salvo algumas que venderam suas máquinas agrícolas na região Sul, assim que avistaram as terras tiveram algumas surpresas. Santos (1993, p.127) descreve que “[...] as casas prometidas não passavam de cabanas de madeira sem portas nem janelas. Mas outras surpresas se sucederiam: o encanamento da água jamais será feito, como também não será feita a instalação elétrica.” As estruturas precárias ali apresentadas não condiziam com a prática discursiva que tinham os responsáveis pela cooperativa e os governantes na tentativa de convencer os colonos a migrarem para o Norte mato-grossense.

As formações imaginárias, que esses colonos tinham a respeito da terra prometida estavam equivocadas, conforme podemos perceber no discurso de algumas mulheres descrito por Lovato (2010, p. 03) “[...] isso aqui é o fim do mundo!”. Portanto elas haviam formulado

imagens diferentes das que virão ao chegar à Terra Nova, pois sua manifestação de surpresa denuncia essas formulações.

Através da Análise de Discurso, acolhemos a ideologia como um ritual de falhas e a forma sujeito do discurso que faz coexistir indissociavelmente interpelação-identificação produção de sentido. Destacamos ainda de que maneira a leitura material das grandes questões da língua, da história³ e do sujeito, está baseada em um instrumento, um objeto de ciência: o discurso; um fato que liga a ideologia e o inconsciente na relação com a linguagem. Segundo Furlan e Megid (2009, p. 10) “[...] a língua é a mediação necessária entre o homem e a realidade que o cerca [...] seu processo de produção dos sentidos, se dá em relação com a história e a ideologia.” No discurso, temos a língua em movimento bem como a história a ideologia e o próprio sujeito elementos que se completam fazendo assim emergir os sentidos.

Podemos dizer que o discurso dos responsáveis pela COOPERCANA e pelo governo sobre a nova região não correspondia à situação encontrada quando lá chegavam os colonos. O sujeito deste discurso, como nos aponta Pêcheux (1999, p. 198), “[...] é constitutivamente colocado como autor de e responsável (por suas condutas e suas palavras) em cada prática em que se inscreve.” Esse processo ocorre pela determinação do complexo das formações ideológicas e principalmente das formações discursivas no qual o sujeito é interpelado como responsável.

Compreender o processo discursivo da posição sujeito sulista migrante para o Norte mato-grossense é acolher os equívocos da relação entre ideologia e inconsciente, nos processos de constituição do sujeito e do sentido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta neste estudo, a partir da compreensão dos mecanismos de interpretação embasados na AD, é de como se constituíram os discursos de colonos da região Sul que migraram para o Norte mato-grossense na década de 70, e como as Formações Imaginárias afetaram esses discursos produzindo sentidos. Para tal compreensão do objeto de estudo foi necessário tomar as Formações Ideológicas que constituíram essa prática discursiva e as suas possíveis ideologias evidenciadas na materialidade do discurso, tornando possível, gestos de interpretação constitutivos do sujeito migrante. Portanto, a compreensão dos mecanismos de interpretação, não isenta os sujeitos envolvidos neste processo discursivo da formação e da estabilização de pré-concebidos a respeito da busca pela terra sonhada.

³ Furlan e Megid definem o funcionamento da história: (2009, p. 10) ‘História não é a simples sucessão de fatos. Ela é constituída da produção dos efeitos de sentido na relação com a língua’.

THE FORMER SPEECH AT THE IMAGINARY CONSTRUCTION OF THE CITY OF TERRA NOVA DO NORTE - MT AND ITS RELATIONSHIP WITH THE MIGRATORY PROCESS IN SOUTHERN BRAZIL TOWARDS LEGAL AMAZÔNIA

ABSTRACT⁴

In this study does itself a clipping about speech that mobilized migrants in the South region to the Midwest region of Brazil, more specifically the North of Mato Grosso. This research seeks to understand the colonization of the city of Terra Nova do Norte that as others in North of Mato Grosso, happened from the policies of public and private colonization. It is considered that rural migration toward the Midwest and the Legal Amazônia are recent events that deserve the look of researchers concerned in understanding how happened this process in the region. The main focus is to contribute, with the socio-historical and ideological construction of signification gestures of speech, which spread between the subjects and their social practices that become them legitimate in the context of the enunciation, as well as the analysis of the historical process of occupation in the region. From the literature review with Norberto Schwantes, José Vicente Tavares dos Santos and Jose Renato Schaefer, that approach the topic about migration of Amazônia mato-grossense, seeks itself to analyze the imaginary formation of the South colonist to understanding how the imaginary affects the actions and the speech of the subjects in the process of discursive elaboration. The approach will give itself from the senses that show in the discourses and its operation, through the theoretical analysis of Discourse Analysis of French line (AD), defended by Michel Pecheux and Eni Pucinelli Orlandi.

Keywords: Discourse Analysis. Imaginary Formation. Amazônia. Terra Nova do Norte. Migrants.

REFERÊNCIAS

FURLAN, Cássia Cristina; MEGID, Cristiane Maria. Língua e linguagem em movimento na sala de aula. In: LOGNINI, Carmen Zink; PFEIFFER, Claudia; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). **Discurso e Ensino: Práticas de Linguagem na Escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 09-18.

⁴ Transcrição realizada pela professora Catichilene Gomes de Sousa (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

LOVATO, Deonice Maria C. Análise da configuração sociocultural e produtiva no espaço rural do município de Terra Nova do Norte-MT. **IV Ciclo de Palestras em Ciências Sociais Aplicadas – Oportunidades e desafios nas ciências sociais aplicadas:** relações interorganizacionais, trabalho e renda, Sinop, 18-22 out. 2010. 16 p. Acesso em: 22 fev. 2012. Disponível em: <<http://projetos.unemat-net.br/ciclodopalestrasemcsa/historico/4/01.pdf>>.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia:** do mel ao sangue. Sinop: Amazônia, 2004a.

_____. **Amazônia:** a ilusão da Terra prometida, 2004b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____. Análise Automática do Discurso. (AAD69). In: **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Gadet, F. e Hack, T. Tradução: B. Mariani et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 61- 162.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos:** exclusão e luta – do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais.** São Paulo: Loyola, 1985.

SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em Terra Nova.** São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989.

SILVA, Mariza Ganança Teixeira da. Outros Sentidos Para Os Galhos Secos. In: LOGNINI, Carmen Zink; PFEIFFER, Claudia; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). **Discurso e Ensino:** Práticas de Linguagem na Escola. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 31-38.